



FEMINISMO MATERIALISTA E PRÁXIS LÉSBICA: PERSPECTIVAS E REPERCUSSÕES NO BRASIL

Natália Vilma Monteiro de Oliveira¹
Andréa Lima da Silva²

RESUMO

A chegada das demandas feministas na esfera pública abriu um campo de disputa no âmbito teórico e na política do Movimento Feminista. Na França da década de 1970, o feminismo materialista e sua abordagem lésbica formulou um conjunto teórico fundamental para a análise radical do patriarcado e da heterossexualidade, enquanto bases da exploração das mulheres. Tal análise repercutiu no Brasil ao reivindicar espaço em meio à hegemonia de perspectivas liberais-burguesas e socialistas, crescentes no contexto ditatorial-militar. Com isso em vista, este trabalho objetiva apreender a perspectiva analítica do feminismo materialista e lésbico e sua repercussão no Brasil, a partir de elementos críticos à heterossexualidade e ao conservadorismo. Metodologicamente, partimos da análise qualitativa e bibliográfica de feministas materialistas, assentada no método crítico-dialético que nos permitiu concluir que a abordagem dessas militantes é fundamental para o enfrentamento ao avanço do conservadorismo e da exploração das mulheres no país.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Materialista; Lesbianidade; Heteropatriarcado; Conservadorismo.

ABSTRACT

The arrival of feminist demands in the public sphere opened up a field of dispute in the theoretical and political spheres of the Feminist Movement. In France in the 1970s, materialist feminism and its lesbian approach formulated a fundamental theoretical framework for the radical analysis of patriarchy and heterosexuality as the basis for the exploitation of women. This analysis had repercussions in Brazil, claiming space in the midst of the hegemony of liberal-bourgeois and socialist perspectives, which were growing in the context of the military dictatorship. This paper aims to understand the analytical perspective of materialist and lesbian feminism and its repercussions in Brazil, based on elements critical of heterosexuality and conservatism. Methodologically, we started with a qualitative and bibliographical analysis of materialist feminists, based on the critical-dialectical method, which allowed us to conclude that the approach of these activists is fundamental for confronting the advance of conservatism and the exploitation of women in the country.

KEYWORDS: Materialist Feminism; Lesbianism; Heteropatriarchy; Conservatism.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN). Integrante do grupo de pesquisa Questão Urbano-rural-ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTEMOSS). Email: natalia.vilma.016@ufrn.edu.br.

² Assistente social. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade de Brasília (UNB). Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: dealima18@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No ensaio teórico “*A categoria sexo*”, de Wittig (2022), a autora afirma que a ideologia da diferença sexual, que dominou os estudos sociológicos entre os séculos XVIII e XIX, funciona como uma censura em nossa cultura ao mascarar a oposição social entre mulheres e homens. Este processo, que ocorre em função da hegemonia ideológica de uma suposta natureza feminina, é elemento fundamental do sistema político da heterossexualidade, que através da obrigação do matrimônio, do cuidado com os filhos e com o ambiente doméstico, condenou as mulheres a permanecer na esfera da reprodução, destituídas de todos os elementos que a distingue da esfera produtiva historicamente: cidadania, direitos e proteção estatal. Por outro lado, na medida em que a politização do sexo e da sexualidade se tornou demanda do movimento feminista, as reivindicações pelos direitos e pela emancipação das mulheres ganharam proporções em escala global.

Desse modo, podemos afirmar que as transformações oriundas do desenvolvimento capitalista na transição da metade do século XVIII para o século XX, com destaque para a Revolução Industrial, colocou a mulher em outra esfera, a do trabalho remunerado (embora com salário desigual, maior jornada de trabalho e opressão), que demandava o tempo da mulher fora do “seu” espaço reduzido, histórico e imposto pelo patriarcado: o lar. As mulheres assumiram outros papéis na sociedade, ou seja, se operou uma mudança radical da esfera privada para pública. O reino da domesticidade, da opressão-exploração capitalista e patriarcal, começava a ser veementemente descortinado, questionado e tensionado por mulheres organizadas que já lutavam pela ampliação dos poucos e restritos direitos.

Faz-se necessário um recorte temporal e destacar a chamada Segunda Onda do Movimento Feminista e seu contexto histórico. A década de 1960, mais precisamente o seu final, acarretou importante mudança no mundo Ocidental. O Maio de 1968 é um dos símbolos da contracultura e de subversão da ordem vigente que anunciou “a possibilidade do impossível”. Sob as barricadas erguidas pelos (as) estudantes em Paris para enfrentar o exército de Charles de Gaulle abriam, ali, as trincheiras da luta e resistência dos

chamados “novos movimentos sociais”: ambientalista, feminista, o movimento pelos direitos LGBTI+, étnico-racial e tantos outros.

Assim, o final dos anos de 1960 foi marcado pela efervescência política e cultural, momento em que o autoritarismo foi contestado e combatido em variadas formas e sentidos. Foi, também, uma época em que valores moralistas sagrados da família como a procriação foi subvertida com a invenção da pílula anticoncepcional e fortalecimento do movimento feminista, o que causou uma verdadeira revolução sexual. Os “novos movimentos sociais” que surgem no referido contexto, inauguraram novas formas de análise da realidade; introduziram novas linguagens, discursos, demandas e novas formas de atuação.

Em meio à efervescência política, econômica, social e cultural do final dos anos 1960, é que muitas feministas (2ª Onda) unificaram suas reivindicações contra as injustiças sociais e de gênero, a falta de liberdade em todas as dimensões da vida, de participação política na sociedade, entre outras. No campo teórico, houve uma disposição do Movimento Feminista da 2ª Onda na crítica ao marxismo economicista e um aceno indiscutível de uma abordagem estruturalista e pós-moderna da realidade, tendência que embasou teoricamente os “novos movimentos sociais”. Para Wood (1999, p. 12) “o pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento ‘totalizante’ e de valores ‘universalistas’ – incluindo as concepções de ‘racionalidade’, ideias gerais de igualdade (sejam elas, liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral”.

O pensamento pós-moderno que vai sustentar teoricamente boa parte do movimento feminista começa a analisar a questão de gênero apartada de uma análise estrutural, de totalidade, de mulheres sem identidades de classe, historicidade. “As implicações políticas de tudo isso são bem explícitas: o self (ser) humano é tão fluido e fragmentado (sujeito descentrado) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma identidade social comum (uma classe), em experiência comum, em interesses comuns” (WOOD, 1999, p. 13). O que temos, na verdade, é uma direção teórica e política produzida pelo pensamento pós-moderno que se choca diretamente com o marxismo. Há uma oposição das chamadas metanarrativas da modernidade e o abandono e a crítica de

discussões centrais do marxismo: luta de classe, exploração capitalista, centralidade do trabalho, historicidade e perspectiva revolucionária.

Na disputa entre as correntes teóricas do Movimento Feminista com prevalência das abordagens pós-modernas destacaremos uma discussão importante que surge, também, no contexto da década de 1970: O feminismo materialista e sua abordagem lésbica. “De Sul a Norte, de Leste a Oeste, um espectro ronda todo o movimento feminista e lésbico: o essencialismo” (FALQUET; CURIEL, 2014, p. 7). Um dos primeiros movimentos que provocou a crítica ao essencialismo próprio de um certo tipo de racionalidade moderna que repousou o lugar das mulheres sobre uma base biológica e natural, foi o feminismo materialista e lésbico na década de 1970, que cresceu em meio às reivindicações do Maio de 68 na capital francesa. Este feminismo, que ficou conhecido por Feminismo Materialista Francófono (FMF), representado por autoras como Monique Wittig, Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu e, mais recentemente, Jules Falquet e Ochy Curiel, reivindicou a análise materialista da opressão feminina enquanto elemento fundamental da luta coletiva pela emancipação das mulheres frente o aprofundamento das relações heteropatriarcais.

Ao remetermos o debate do feminismo no Brasil, ainda no contexto das décadas de 1960 e 1970, mais precisamente no limiar de vinte e um ano de ditadura civil-militar, o movimento feminista buscou a organização autônoma como estratégia de enfrentamento às violências provocadas pelo regime: entre perseguições, abusos sexuais, torturas e violações de direitos, as mulheres buscavam desenvolver um acúmulo teórico que fundamentasse a práxis feminista permeada pelo mote do “o pessoal é político” advindo do feminismo norte-americano. As duas perspectivas que lideravam as elaborações teórico-políticas dentro do movimento feminista no país, a liberal-burguesa e a socialista, pareceram insuficientes diante da necessidade de analisar materialmente a divisão sexual do trabalho e as dinâmicas das mulheres dentro da esfera da reprodução social sem, no entanto, ignorar a luta pela emancipação feminina que, certamente, não estaria garantida com a superação do modo de produção capitalista. A partir disso, as elaborações do FMF começaram a ser incorporadas no Brasil, sobretudo através de Heleieth Saffioti, Helena Hirata e Elisabeth Souza-Lobo.

Consideramos que a necessidade da análise materialista sobre a realidade das mulheres retorna no atual cenário político-ideológico brasileiro que vem acompanhando a ascensão da extrema-direita nos países do Norte, em que as práticas neoliberais de ajuste fiscal permanente se alinham às bases ideológicas do conservadorismo. Essa junção do chamado ultraneoliberalismo e política conservadora formou uma estrutura medular nos governos de Michel Temer (PMDB, 2016-2019) e Jair Messias Bolsonaro (PL, 2019-2022). A expropriação de direitos da classe trabalhadora foi o mote principal para garantir lucros para burguesia no processo de acumulação capitalista em meio à crise. Na esteira da retirada de direitos pelo Estado, frações da classe trabalhadora em sua diversidade sofreram ataques diretos no processo de desidratação e mesmo extinção de políticas públicas, a exemplo dos programas e projetos voltados para mulheres e, em particular, mulheres lésbicas, que é objeto central da nossa análise.

Houve um verdadeiro ataque no governo Bolsonaro para minar as organizações feministas e as lutas por políticas públicas de enfrentamento à violência sexual e de gênero, pela descriminalização do aborto e pela livre expressão da sexualidade, entre outras. Muito se discutiu sobre a política estatal de uma ofensiva antigênero, caracterizada por desqualificar os estudos científicos em torno da temática e os substituindo por crenças religiosas de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos. O fato é que as recentes disputas em torno da agenda feminista e da diversidade humana demonstraram, conforme Rubin (1993), que há períodos históricos em que a sexualidade é mais contestada e politizada.

Assim, ao partirmos dessas premissas, objetivamos realizar uma análise introdutória dos aportes teóricos do feminismo materialista e lésbico, de origem francófona, e das possíveis repercussões visualizadas no contexto brasileiro. São inúmeras as elaborações que defendem a análise material da exploração das mulheres, mas nos deteremos a empreender os debates em torno da desnaturalização do sexo e da sexualidade e os que envolvem a constituição da heterossexualidade enquanto regime político. Além disso, buscamos compreender como essas conceituações podem ser instrumentos de enfrentamento a uma das ideologias que melhor reproduz, hoje, a sustentação e ampliação da opressão-exploração e da violência contra as mulheres no Brasil: o conservadorismo. Desse modo, partimos da abordagem materialista e lésbica

por defendermos a necessidade de radicalizar o debate público que, no confronto com a ofensiva da extrema-direita, tende a permanecer nos limites da subjetividade do problema.

Nosso percurso metodológico parte da pesquisa qualitativa e da revisão bibliográfica de Wittig (2022), Guillaumin (2014), Falquet e Curiel (2014), e Saffioti (1976), a partir do método crítico-dialético, por acreditarmos ser o mais apropriado para melhor investigar e explicitar as bases sociais, culturais e históricas onde assentam as opressões e explorações econômicas-sociais, inclusive nas particularidades da realidade brasileira atual. Mais ainda: priorizamos as categorias de totalidade e historicidade do método, que contrariam análises fragmentadas, subjetivistas e ausentes de contradição histórica. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa qualitativa, inserida na perspectiva seguida por Minayo (2012) de que: na análise qualitativa, compreender significa dar conta da singularidade do indivíduo e entender que ela é uma manifestação do viver total, conforme as experiências individuais ocorrem no âmbito da história coletiva.

Por fim, este trabalho está dividido em duas seções: primeiro, abordaremos algumas perspectivas analíticas do feminismo materialista francófono e da sua abordagem lésbica em torno das raízes históricas da exploração das mulheres, como a heterossexualidade; e, segundo, vamos analisar quais foram as repercussões desse feminismo no Brasil e como ele pode ser uma ferramenta teórico-política de confronto à ideologia conservadora da extrema-direita em ascensão no país. É importante salientarmos, ainda, que o artigo em tela está atrelado à pesquisa desenvolvida no contexto de elaboração da dissertação de mestrado que foi iniciada em 2023 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

OPRESSÃO, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA ANÁLISE MATERIALISTA E LÉSBICA

Apreender a perspectiva analítica do feminismo materialista e lésbico exige pensarmos em fatores políticos e históricos decorrentes da estruturação das bases ideológicas da heterossexualidade, do patriarcado e do conservadorismo. Algumas

teóricas do feminismo materialista ampliaram importantes discussões em torno da divisão sexual do trabalho, da dominação masculina na esfera da reprodução social e da biologização do sexo e da sexualidade que, até hoje, explicitam a permanência das expressões materiais da exploração das mulheres pelos homens e sua conseqüente submissão à vida privada. Na mesma linha, teóricas que enfrentaram a hegemonia heterossexual do movimento feminista buscaram centralizar as experiências lésbicas na análise sobre a opressão feminina ao discutirem sobre o sistema político da heterossexualidade.

Um ponto central do pensamento feminista materialista parte da análise sobre a dualidade histórica entre a esfera pública e a privada, própria da dinâmica moderna de separação da vida íntima e familiar da vida que provém valores universais e racionais. Denominou-se de divisão sexual do trabalho a separação patriarcal que determinou o papel exclusivo das mulheres à esfera privada, responsável por enclausurá-las na relação submissa de um casamento heterossexual e no tempo dedicado aos filhos e às tarefas domésticas. As análises atuais em torno da preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado (BIROLI; MIGUEL, 2014), por exemplo, já eram apreendidas pelas materialistas, na década de 1980, como: o Estado não intervém diretamente em questões domésticas, pois a autoridade é transferida exclusivamente ao marido (WITTIG, 2022).

Isto é, as dinâmicas sociais de opressão, exploração e violência que predominam na maior parte das relações conjugais heterossexuais são ainda consideradas próprias da esfera privada e, como tal, são ausentes dos princípios do direito, da justiça e da cidadania que foram exclusivamente atribuídos à vida pública ao longo da história. A ideologia conservadora, sobretudo no Brasil, está intimamente relacionada ao conjunto de fatores que determinou a separação público-privado, conforme provoca a defesa intransigente da privacidade da instituição familiar, em detrimento da construção da individualidade, da autonomia e da organização coletiva das mulheres. A partir disso, as diferentes estratégias de dominação masculina são perpetuadas em função da conservação do patriarcado e do sistema político da heterossexualidade. Segundo Wittig (2022, p.37):

O contrato que vincula a mulher ao homem é, em princípio, um contrato vitalício, que somente a lei pode quebrar (o divórcio). Ele assinala à mulher

certas obrigações, incluindo o trabalho não remunerado. O trabalho (tarefas domésticas, criação dos filhos) e as obrigações (renúncia de sua reprodução em nome do marido, coabitação dia e noite, coito forçado [...]) significam uma renúncia pela mulher de sua pessoa física ao marido. O fato de que a mulher depende diretamente do marido está implícito na política policial de não interferir quando o marido bate na esposa. A polícia intervém na acusação específica de agressão quando um cidadão bate em outro cidadão. Mas uma mulher que assinou um contrato de casamento deixou, por meio dele, de ser um cidadão comum (protegido por lei).

As análises da autora em torno da violência conjugal derivam de dois dos principais aportes analíticos da abordagem lésbica do FMF: o entendimento de que homens e mulheres são categorias históricas, podendo ser denominadas enquanto classe social dentro da sociabilidade capitalista ao existirem, necessariamente, a partir de uma relação de exploração, dominação e oposição de interesses; e a apreensão de que a heterossexualidade não é uma mera sexualidade baseada no desejo de quem se leva para cama, ao contrário: o fundamento de qualquer sociedade é a heterossexualidade (WITTIG, 2022), ordenada com vistas a designar a relação sexual obrigatória entre ambos e provocar a homogeneização e a apropriação do corpo e do pensamento das mulheres.

Dessa maneira, as expressões da exploração e da dominação são justificadas culturalmente pela necessidade de conservar tanto o lugar atribuído historicamente às mulheres, quanto o espaço de poder designado aos homens. Além disso, o avanço da violência doméstica, matrimonial, sexual ou psicológica - ou, ainda, a defesa mundial da indústria pornográfica, é reflexo de uma série de determinações materiais e históricas que exige que as mulheres correspondam à ideia de um “grupo natural”, isto é, que sejam irracionais, inferiores e submissas ao grupo verdadeiramente “social”, racional e civilizado: os homens. Nessa linha, a origem da opressão das mulheres só poderia estar nelas mesmas, uma vez que confrontar a autoridade da figura masculina é questionar a ordem natural das coisas - a mulher enquanto heterossexual, feminina, mãe e submissa ao marido, e o homem enquanto detentor do poder e da autoridade máxima.

Essa ordem natural nada mais é que a ideologia que dominou a ciência durante todo o século XVIII e XIX: a da diferença sexual que, através da perspectiva essencialista e biologicista, determinou o destino das mulheres a uma suposta condição biológica de inferioridade. Tal perspectiva foi regra no pensamento dominante até, pelo menos, início do século XX e das primeiras organizações feministas que buscavam construir um

pensamento que confrontasse a teoria de que as mulheres seriam um grupo natural. No contexto do pós-guerra, Simone de Beauvoir foi uma das primeiras teóricas a sistematizar reflexões que enfrentavam a patologização da sexualidade feminina e a naturalização da maternidade, sob o mote de que: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 2014, p. 9).

Foi o suficiente para que as reflexões antinaturalistas se tornassem demanda do movimento feminista por anunciar um verdadeiro elemento propulsor à mudança. O contexto era de construção do movimento social pela libertação das mulheres, em meio à efervescência do Maio de 68 na França, onde se desenvolveu o FMF e o principal meio de divulgação das ideias das materialistas francófonas: a revista *Questions Féministes*. Além disso, anunciados pelas frases que tomaram os muros da capital francesa, como “Não me liberte, eu me encarrego disso!” (DHNET, s.d), diversos grupos de feministas lésbicas emergem na cena política, entre eles o *Gouines Rouges* e o *Groupes de Libération Homosexuelle* (GHL). De uma maneira ou de outra, tais grupos se distanciaram da perspectiva de um destino natural atribuído às mulheres, ao assumirem que:

Ao admitir a existência de uma divisão “natural” entre mulheres e homens, nós naturalizamos a história, presumimos que “homem” e “mulher” sempre existiram e sempre existirão. Mas não é só a história que naturalizamos: consequentemente, naturalizamos também os fenômenos sociais que expressam nossa opressão, tornando a mudança impossível. Por exemplo, em vez de entender a gravidez como produção forçada, nós a consideramos um processo “natural”, “biológico”, esquecendo que nós mesmas somos programas para produzir filhos [...] (WITTIG, 2022, p.43-44)

Nessa direção, a abordagem do feminismo materialista permite dar conta da materialidade da opressão das mulheres e, consequentemente, das inúmeras expressões da violência dela derivada, enquanto fenômeno social e histórico (FALQUET; CURIEL, 2014). Entretanto, embora essas percepções tenham influência direta das discussões marxistas sobre dialética e classe social que, inegavelmente, sugere uma aproximação das francófonas com as feministas socialistas de sua época, o marxismo sofreu particular crítica dessa abordagem. Isso porque, assim como ocorreu no Brasil décadas depois, as organizações socialistas tanto viam na superação do capital a solução direta dos

problemas das mulheres quanto desestimulavam lutas em conjunto com feministas fora da organização marxista, ao lembrarem as fracassadas experiências pelo sufrágio feminino. O FMF, por outro lado, priorizou a união organizativa de todas as mulheres ao pressupor a existência de uma experiência em comum: a opressão nas diversas esferas da vida social.

Em resumo, enquanto Rich (1980, p.30) argumentava que: “[...] as mulheres são prescindíveis apenas se as necessidades emocionais e sexuais dos homens possam ser satisfeitas”, Delphy (2015) e Guillaumin (2014) ampliaram o entendimento de que a opressão comum a todas as mulheres não é somente o fato delas terem seu trabalho apropriados pelos homens, mas que todos os aspectos da vida social, sexual e econômica das mulheres são apropriados de maneira individual e coletiva, por se constituírem enquanto um “bem comum” (GUILLAUMIN, 2014). A partir da existência do regime heterossexual, esses aspectos são ampliados ao ponto de as mulheres serem completamente destituídas de identidade quando decidem romper com as estruturas heterossexuais.

Segundo Wittig (2022, p. 42), “o que uma análise materialista faz por meio do raciocínio uma sociedade lésbica alcança pela prática”, o que significa que as mulheres lésbicas, ao recusarem a heterossexualidade, são capazes de fugir da relação direta de exploração e apropriação masculina, embora não deixem de sofrer uma série de outras violências próprias da apropriação coletiva sugerida por Guillaumin (2014). Tais violências perpassam a lesbofobia, enquanto repulsa ou discriminação contra a existência lésbica, o estupro corretivo e o assassinato (ou lesbocídio) em função do ódio provocado publicamente. Nesse sentido, concordamos com Ochy Curiel quando ela acrescenta que o movimento de politização da sexualidade exige atribuir à heterossexualidade um plano de outro tipo de relação social, incluindo a construção da Nação (RANGEL et al, 2022).

Assim, partimos das discussões centrais do feminismo materialista e sua abordagem lésbica para pensar as possíveis repercussões desta perspectiva no pensamento feminista e lésbico brasileiro e como, atualmente, ela pode se tornar um instrumento de combate ao conservadorismo, aprofundado pelo governo de Jair Messias Bolsonaro. Embora seja difícil especificar uma tendência materialista durante os momentos de efervescência dos movimentos sociais no país, como veremos adiante, a crítica ao



essencialismo e à heterossexualidade foi tensionada em diversos momentos históricos no Brasil.

REPERCUSSÕES FEMINISTAS NO BRASIL E A PERSPECTIVA MATERIALISTA E LÉSBICA

Segundo Saffioti (1976), nenhuma tendência feminista teve ampla penetração na sociedade brasileira, ainda que a luta pelo voto e por direitos historicamente negados às mulheres tenha sido uma das principais frentes de reivindicação feminista no país. Em decorrência disso, o processo individual e coletivo de tomada de consciência quanto aos problemas femininos na sociedade de classes foi retardado em função da priorização de demandas imediatas, muitas vezes ausentes da perspectiva anticapitalista. Esta tendência a Saffioti (idem) denomina de feminismo pequeno-burguês, absolutamente atrelado às limitações sufragistas de reivindicar reformas jurídicas por dentro do sistema do capital sem questionar os históricos processos patriarcais que definiram o lugar das mulheres à subalternidade.

Na realidade, as feministas brasileiras não parecem ter-se detido nem na análise da realidade econômico-social nacional, nem em um exame aprofundado da ordem social capitalista. Inicialmente, tomando como grupo de referência positiva as feministas europeias e, mais imediatamente, as norte-americanas, foram ampliando seus contatos com as conquistas do feminismo em vários países e tentando implantar aqui medidas legais análogas às adotadas em outras nações (SAFFIOTI, 1976, p. 267)

Entretanto, ao considerarmos a existência de uma demarcação que estará sempre presente na história do movimento feminista (COSTA; SARDENBERG, 2008) e que, portanto, não é exclusivo da realidade brasileira, o movimento pequeno-burguês passa a disputar espaço com a organização de mulheres socialistas, atreladas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sob forte influência do socialismo na Europa. A vinculação do feminismo com as elaborações marxistas sobre a mulher, sobretudo as que foram desenvolvidas na obra máxima de Engels (1986) foi fundamental para o entendimento de que a emancipação feminina só seria possível quando as mulheres participassem da vida produtiva e que, para tal, era necessário, também, confrontar a perspectiva hegemônica essencialista.

O feminismo materialista francófono possuía um conjunto de críticas tanto ao movimento liberal quanto ao socialista (dogmático), uma vez que até então nenhuma das duas se detiveram a explorar as inúmeras estruturas que conformam a opressão contra as mulheres na sociabilidade capitalista e a organizar um movimento estratégico para combatê-las. Não pensavam, por exemplo, nas implicações do racismo para a manutenção da exploração das mulheres negras, tampouco elaboravam sobre a construção social da sexualidade e da existência de opressões que escapavam à experiência da heterossexualidade. Assim como ocorreu na França, a busca por uma opressão comum a todas as mulheres fez as organizações feministas no Brasil se aproximarem dos questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho e dos papéis atribuídos às mulheres na esfera da reprodução social. Nesse sentido, o mote do “pessoal é político” passou a ter cada vez mais influência no país, conforme novas possibilidades teórico-políticas se apresentaram ao contexto feminista.

Nesse sentido, foi sobretudo pelas mãos das marxistas que as reflexões do FMF serviram de inspiração a Heleieth Saffioti, Helena Hirata e Elisabeth Souza-Lobo, entre outras, e teve como principal destaque o diálogo da primeira com Nicole-Claude Mathieu sobre a impossibilidade de as mulheres em situação de violência serem cúmplices de seus agressores (MANO; CARNEIRO, 2020). Certamente, Saffioti foi uma das autoras brasileiras que melhor desenvolveu uma análise materialista sobre a opressão das mulheres ainda nas décadas de maior efervescência do movimento feminista no país, ao propor, entre outras questões, uma análise imbricada das diferentes dimensões da desigualdade de sexo, raça e classe.

Por outro lado, Abreu (2016) argumenta que de maneira geral as repercussões do FMF no Brasil são ainda mais recentes, em função da dificuldade de tradução, tendo poucos textos de Colette Guillaumin e Christine Delphy circulando na década de 1990. Monique Wittig, por sua vez, ficou conhecida tanto pelas referências de Judith Butler à sua obra, quanto pelos seus escritos na área da literatura quando publicou *As guerrilheiras* (1969). Além disso, as reflexões feministas que se desenvolviam na França chegaram ao Brasil muito atreladas ao debate sobre o trabalho feminino na indústria, sem acompanhar os principais avanços teóricos sobre heterossexualidade e existência lésbica. A experiência dos estudos lésbicos que mais se aproximou da experiência francófona foi a

percepção de que o movimento feminista, por si só, não abarcava as especificidades das mulheres lésbicas e tampouco centralizavam seus estudos sobre a repressão da sexualidade.

Certamente, esse é um movimento comum ao conjunto de organizações lésbicas no Brasil e no mundo por estarem de forma recorrente entre tensões provocadas pelo movimento de mulheres, de um lado, e pelo movimento LGBTI+ do outro. A participação das lésbicas em organizações feministas está, muitas vezes, condicionada ao acolhimento da homossexualidade e de sua dominação específica comumente provocada pelos homens. A negação dessa dominação, o protagonismo dos relacionamentos heterossexuais e a invisibilização da condição lésbica na sociedade foram recorrentes na história do feminismo, sendo responsáveis por inúmeros “rachas” que provocaram a necessidade de construção de coletivos lésbicos autônomos. Um dos principais exemplos, diz respeito à acusação, feita por Betty Friedan, de que as lésbicas seriam uma ameaça ao movimento de mulheres ao chamá-las de *lavender menace* - ou ameaça lavanda (OLIVEIRA, 2020).

A perspectiva feminista e lésbica, fora algumas ressalvas, tem como eixo central a percepção de que existe uma predominância numérica e política em favor dos homens que funciona a partir da combinação entre as relações sociais patriarcais, a imposição da heterossexualidade procriativa e a interdição estrita da homossexualidade feminina (FALQUET, 2012). O movimento lésbico passa a ser considerado uma ameaça quando revela o sistema da heterossexualidade obrigatória e a organização da reprodução enquanto bases da opressão das mulheres, tão ignorado pelas feministas heterossexuais que tendem a proteger suas relações afetivo-sexuais, e tão invisibilizado pelos movimentos LGBTI+ quando atuam a partir da vivência exclusiva dos homens gays que costumam deslocar a crítica à naturalização da sexualidade.

Entretanto, o não-reconhecimento da homossexualidade que muito já distanciou as lésbicas das organizações de mulheres projetou, em períodos históricos específicos, sua identificação com os homens gays e o movimento LGBTI+ como um todo. Tal identificação, no entanto, não ocorreu sem prejuízos às mulheres lésbicas. Enquanto o compartilhamento de experiências entre mulheres heterossexuais e homossexuais é limitada pela resistência das primeiras em questionar o sistema político da

heterossexualidade, o movimento de naturalizar a sexualidade ao considerá-la congênita e inerente desde o nascimento é descartar todo o avanço teórico-político viabilizado pelas lésbicas e feministas desde a década de 1970. É o que fazem, por exemplo, muitas organizações que lutam pelo fim da “reorientação sexual” de jovens LGBTI+ ao argumentarem que é impossível curar uma condição natural e biológica e fazer um indivíduo tornar-se heterossexual. A invisibilização da experiência lésbica foi outro fator que as distanciou do movimento LGBTI+, sobretudo na realidade brasileira.

Quanto à sexualidade, não é raro que a homossexualidade masculina (certas práticas sexuais, em certos períodos da vida) e sobretudo a homossexualidade sejam socialmente integradas aos dispositivos de poder patriarcais, como entre os gregos antigos, os azandes, os baruyas e em certos clubes exclusivamente masculinos de numerosas metrópoles atuais, como muito bem lembra Mathieu (1991). Por outro lado, as práticas sexuais entre “mulheres” só são em geral toleradas quando são estritamente privadas, invisíveis e claramente separadas de práticas homosociais e/ou de solidariedade moral e material, e mesmo de alianças matrimoniais e políticas visíveis entre “mulheres” (FALQUET, 2012, p. 14).

A invisibilização das questões específicas das mulheres lésbicas e as constantes discordâncias teóricas em torno da heterossexualidade foram fundamentais para que o movimento autônomo crescesse tanto na França quanto no Brasil. Aqui, em meados da década de 1980, as mulheres lésbicas passaram a se articular em dois principais coletivos lésbicos da época: o Grupo Lésbico-Feminista (LF, 1979-1981), que foi fundado a partir da ruptura com o Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), e o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF, 1981-1998) a partir da criação de uma identidade à margem do “heterocêntrico movimento feminista” (MARTINHO, 1989). Em uma publicação sobre os 10 anos de movimentação lésbica no Brasil, entre 1979 e 1989, da revista *Um Outro Olhar*, que substituiu o conhecido *Chana Com Chana*, Miriam Martinho apresenta a tese de que as lésbicas eram malvistas por criarem uma “identidade lésbica” que cerceava a noção de sexualidade como um assunto privado, ausente de implicações políticas e culturais (MARTINHO, 1989).

O que nos faz crer, que mesmo sem as referências teóricas em torno da politização da sexualidade e da conformação da heterossexualidade enquanto regime político, já existia no movimento lésbico brasileiro certa incipiência desta perspectiva. Nessa mesma publicação da revista *Um Outro Olhar*, Martinho (1989) afirma que a proposta lésbica de

movimento autônomo não significava uma aderência à propensão separatista que tende a criar espaços físicos e simbólicos para lésbicas, isolando-as da sociabilidade estruturante, mas, apontar a necessidade de não ceder na priorização das suas demandas. Entretanto, ao contrário da dimensão organizacional, a autonomia teórica que caracterizou a abordagem lésbica do feminismo materialista na França não parece ter sido desenvolvida entre os coletivos lésbicos brasileiros no contexto de reorganização do movimento, tampouco foi incorporado pela produção teórica feminista da época. O que acontece no Brasil, entretanto, é a incorporação gradativa dos chamados “estudos de gênero”, permeados pela perspectiva pós-estruturalista e pós-moderna sobre gênero e sexualidade que se traduz, mais recentemente, na Teoria Queer.

O protagonismo desta perspectiva no Brasil, certamente, é mais um fator para a insuficiente incorporação do FMF nos estudos lésbicos, ao preferir a análise materialista da opressão das mulheres em função da ênfase na linguagem e na representação de grupos dissidentes. Falquet e Curiel (2014) argumentam que a análise de Nicole-Claude Mathieu sobre a articulação entre sexo, gênero e sexualidade, por exemplo, é um contraponto à tendência de alguns grupos da Teoria Queer, que pensou ter achado um caminho para sair do sistema heterossexual e patriarcal, quando ainda permanecem imersos na lógica desse sistema. O que ocorre, sobretudo, a partir do entendimento de que a pura transgressão de gênero e sexualidade é um fator de transformação social ou que esta pode ocorrer sem enfrentamento político, econômico e cultural ao patriarcado e à heterossexualidade.

Dentro desta perspectiva, Monique Wittig foi uma das poucas feministas materialistas incorporada na produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade no Brasil, só que com diferentes interpretações que são facilmente perceptíveis nos espaços políticos e acadêmicos. E isso ocorre por causa da tradicional influência do pensamento estadunidense no feminismo brasileiro que, através das leituras de Judith Butler e da Teoria Queer, provocou a aproximação com algumas categorias exploradas por Wittig mesmo que a autora siga um método de análise fundamentalmente oposto ao elaborado por Butler. Não coincidentemente, é recorrente visualizarmos a vinculação do pensamento de Wittig ao pós-estruturalismo, o que pode dificultar a apreensão das suas elaborações e do contexto político vivenciado pela autora. Além disso, consideramos que na realidade atual brasileira é fundamental resgatar a crítica ao sistema político da



heterossexualidade, nos termos de Wittig, por duas razões: o avanço do pensamento conservador e da tendência de abandonar as análises materialistas e totalizantes da realidade social.

Ao mesmo tempo, visualizamos certos esforços de grupos feministas e lésbicos específicos em recorrer às análises materialistas diante do aprofundamento da dominação, exploração e violência contra as mulheres no Brasil. Processo que está absolutamente atrelado ao avanço da extrema-direita, da ideologia conservadora e das práticas neoliberais que impactam as políticas públicas destinadas às mulheres e a busca coletiva por direitos. As recentes traduções para o português dos ensaios teóricos de Wittig (pela editora Autêntica); de Guillamain, Mathieu e Paola Tabet (pela editora SOS Corpo); as traduções para o espanhol de textos de Jules Falquet viabilizadas pelo Brecha Lésbica (que podem facilitar a leitura de muitas estudiosas no Brasil); a atuação teórica e política de feministas do SOS Corpo e do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), a partir da viabilização de periódicos e grupos de estudo que possibilitam tematizar o feminismo materialista e lésbico, são alguns exemplos desses esforços em aprofundar uma análise mais estrutural da realidade das mulheres.

Dito isto, consideramos urgente socializar de forma intensa o debate e ação política do feminismo materialista e lésbico no atual momento histórico brasileiro. Já é sabido que durante o governo de Dilma Rousseff (PT, 2011-2016), o Brasil passou a vivenciar uma das maiores articulações políticas da extrema-direita, refletida na mobilização de grupos conservadores e fundamentalistas religiosos na busca por aprofundar as políticas de ajuste fiscal permanente, as contrarreformas econômicas e os fundamentos ideológicos em torno da privacidade da família heterossexual, da hegemonia religiosa cristã e da marginalização dos movimentos sociais progressistas e revolucionários, a exemplos do crescimento da bancada religiosa no congresso, exponencialmente, de congressistas evangélicos eleitos por um plantel fundamentalista que cresceu no governo Bolsonaro.

O avanço dos episódios de violência contra as mulheres acompanhou a chegada de Bolsonaro ao poder central, ao ser legitimado diante de uma série de ataques orquestrados aos direitos humanos, ao movimento feminista e LGBTI+. Sobre este

último, por exemplo, estima-se que ocorreram 316 mortes violentas no Brasil em 2021, enquanto 273 mortes foram registradas em 2022, conforme Dossiês publicados pelas organizações Acontece LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia (GGB). Além disso, são recorrentes as manobras políticas dos grupos conservadores do país para retirar os poucos direitos já conquistados pelos movimentos sociais, como é o caso da proposta do Estatuto do Nascituro, que busca atribuir personalidade jurídica aos embriões humanos e inviabilizar o direito ao aborto nos termos permitidos atualmente, isto é, em casos de abuso sexual da mulher ou da má formação cerebral do feto.

A cruzada antigênero se utiliza de diversos mecanismos. Além da Frente Parlamentar Evangélica constituída no Congresso Nacional, pode-se citar o enfraquecimento dos setores em órgãos do governo responsáveis pela criação e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a nomeação de pessoas engajadas no movimento Pró-Vida (antiaborto), sobretudo aquelas ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) e setores da Renovação Carismática da Igreja Católica (IRINEU et al, 2020, p. 107).

Foi, ainda, no governo Bolsonaro que ocorreu uma série de movimentos de desestruturação da rede de acolhimento e proteção às mulheres, diante do desmonte neoliberal dos aparatos públicos, e de fortalecimento da ideologia conservadora diante da reestruturação do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos (MMFDH).

Entre 2019 e 2020, por exemplo, o governo aprovou algumas alterações legislativas na Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) referentes à penalização dos agressores de mulheres: em uma delas, o Estado estabelece que a frequência dos agressores em “centros de reabilitação” conforma medida protetiva de urgência, considerando que esses espaços de reabilitação são frequentemente as chamadas comunidades terapêuticas de cunho extremamente conservador e fundamentalista (GOUVEIA, 2021); e em outra alteração, o Estado atribui aos agressores a responsabilização de custear os serviços de saúde e segurança pública acessados pelas vítimas, em uma evidente desresponsabilização estatal (Idem, 2021), enquanto provoca a diminuição em 46% dos recursos financeiros para ações de promoção aos direitos das mulheres (INESC, 2022).

A ascensão da ultradireita no Brasil provocou, sem dúvida, uma rearticulação de líderes religiosos em torno da "reorientação sexual" de pessoas LGBTI+, a exemplo do

pastor da Igreja Batista da Lagoinha André Valadão, que tem retomado os já conhecidos discursos sobre “cura gay”. Não raramente, visualizamos depoimentos de mulheres que são pressionadas a participar de “sessões espirituais” focadas em restaurar os supostos problemas sexuais que as igrejas julgam possuir as mulheres lésbicas ou as que não apresentam feminilidade. O processo de marginalização e demonização da sexualidade feminina promovido, sobretudo, pelo conglomerado de igrejas fundamentalistas e/ou neopentecostais não é novidade no Brasil, sobretudo porque a religiosidade é histórica na identidade nacional, e costuma ter papel determinante nos direcionamentos ideológicos em contextos políticos específicos.

Desse modo, podemos inferir que todo o ordenamento político, econômico e ideológico provocado sobretudo pelo governo Bolsonaro impactou diretamente as condições materiais e subjetivas da vida das mulheres, pois viabilizou práticas institucionais antidemocráticas com o intuito de promover uma necropolítica econômica, alavancar a ultradireita, representada pelo “Bolsonarismo”, e enfraquecer os movimentos feministas, lésbicos, o movimento negro, LGBTI+ e as demais organizações políticas da classe trabalhadora.

É necessário afirmar, também, que são muitos os estudos que vinculam o crescimento do irracionalismo no Brasil, do conservadorismo e ultraneoliberalismo estatal como estratégias eficazes para manutenção e reprodução das estruturas patriarcais, heterossexuais e burguesas. Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (2007), nos lembram que “A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos [...] os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual” (p. 47). A isso, Wittig (2022) acrescenta que todo esse pensamento dominante fornece uma rede de realidades que afeta todo o trabalho, os gestos, sentimentos e mente das mulheres.

Nesse sentido, os perigos da articulação conservadora, do capital e do Estado se mostram inegáveis e impactam diretamente tanto a vida das mulheres quanto a atuação do movimento feminista e lésbico. Assim, as elaborações teóricas do Feminismo Materialista Francófono, com todas as suas particularidades que repercutem no Brasil contemporâneo, é um potencial instrumento de combate ao pensamento conservador –

que é, sobretudo, instrumento ideológico para sustentação de uma sociedade cis-hetero-racista-classista-patriarcal.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

O Feminismo Materialista Francófono (FMF) possui um conjunto poderoso de elaborações teóricas que deve ser utilizado como ferramenta para análise da realidade brasileira, para o aprofundamento da crítica à ideologia conservadora e, também, ao essencialismo e à heterossexualidade obrigatória. Os exemplos de práticas conservadoras mencionadas neste artigo nos revelam que as mulheres e a população LGBTI+ são potenciais vítimas das manobras de dominação e exploração praticadas por grupos conservadores e fundamentalistas religiosos no país, exigindo dos movimentos sociais estratégias mais concretas de transformação da sociabilidade capitalista e patriarcal.

O que ocorreu no Brasil, sob a chancela do governo Bolsonaro, foi um recrudescimento da violência contra as mulheres, ou seja, uma verdadeira caça às bruxas (FEDERICI, 2017) para diminuir seu potencial criativo e de luta política. Houve, também, a retirada dos direitos sexuais e reprodutivos em face da ampliação da proteção à instituição familiar heterossexual e monogâmica. Na verdade, este governo supracitado desmantelou as políticas públicas, principalmente aquelas voltadas ao atendimento especializado da população LGBTI+; e, de forma mais ampliada através de representações em toda sociedade civil, promove a constante invisibilização da população de lésbicas, gays, transexuais, transgêneros, intersexuais e demais sujeitos coletivos.

A partir da concepção de que a dominação das mulheres e a LGBTIfobia são estruturantes na sociabilidade capitalista, compreendemos que para enfrentar as ameaças ideológicas e políticas do patriarcado e do conservadorismo na realidade brasileira é fundamental apreender os recursos analíticos do feminismo materialista e da abordagem das mulheres lésbicas como elementos estratégicos de oposição aos padrões hegemônicos dominantes. Nesse sentido, é determinante o compromisso coletivo com o horizonte emancipatório das mulheres e da população LGBTI+ enquanto parâmetro para a construção da emancipação humana e da superação dos determinantes estruturais e sistêmicos do capital.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira Luísa Gonçalves de. *Politicizando a anatomia: anti-naturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)*. Orientadora: Helena Hirata. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, São Paulo, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

CLARKE, Cheryl. *O Lesbianismo, um ato de resistência*. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. Esta ponte, minhas costas: Vozes das mulheres terceiro-mundistas nos Estados Unidos. São Francisco: ISM Press, 1988. Disponível em: <https://issuu.com/lesbrujas/docs/cherylclarke-lesbianismo-um-ato-de-resistencia>. Acesso em: 15 jun. 2023.

COSTA, Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Org.). *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. “Introdução”. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (Org.). *O Patriarcado Desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

DHNET. *Mai de 68: a imaginação ao poder*. [S.l.]. Rede Brasil DH, [s.d.]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/desejos/revoluc/mai68slg.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano VI, N. 5 – dezembro, 2012. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

GOUVEIA, Taciana. Políticas para as mulheres no governo Bolsonaro: notas para reflexão. In: Fundação Heinrich Böll. *Heinrich Böll Stiftung*: Rio de Janeiro, Brasil. [S.l.]. 16 fev. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/26/politicas-para-mulheres-no-governo-bolsonaro-notas-para-reflexao>. Acesso em: 30 set. 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB); ACONTECE LGBTI+. *Dossiê denuncia 316 mortes e violências de pessoas LGBT em 2021*. [S.l.]. Dossiê 2021. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/#dossi%C3%AA-completo-de-mortes-e-viol%C3%AAncias-contra-lgbti+-no-Brasil-em-2021>. Acesso em: 10 set. 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB); ACONTECE LGBTI+. *Dossiê denuncia 316 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022*. [S.l.]. Dossiê 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 10 set. 2023.

GUILLAUMIN, Colette. Prática de poder e ideia de natureza. In: FALQUET, Jules (et. al.). *O Patriarcado Desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2014.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2017.

INESC. *A Conta do Desmonte – Balanço Geral do Orçamento da União*. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte/?cn-reloaded=1>. Acesso em: 20 set. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes, Salvador: *ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura*, ed. 1, ano 2020, p. 98-113, jan. 2020.

MANO, Maíra Kubík; CARNEIRO, Tita. Práxis feminista: a presença de Heleieth Saffioti nos estudos e nas lutas no Brasil. Salvador: *Caderno CRH*, v. 33, p. 1-12, 2020.

MARTINHO, Míriam. 1989. Lésbicas em Movimento: a trajetória da organização lésbica no Brasil. *Boletim Um Outro Olhar*, número 09. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br. Acesso em 25 set. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.17, n.3, p.621-626, 2012.

RANGEL, Néstor; FRANCISCO, Camila; SANTOS, Bruno. Antropologia da dominação, lesbianidade feminista decolonial e a re-direitização da sociedade: uma entrevista com Ochy Curiel. *Cadernos Pagu*, (64), e226406. 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668861>. Acesso em: 09 set. 2023.



RICH, Adrienne. *A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica*. In: GELP, Barbara C.; GELP, Albert (Eds.). New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. Tradução: Carlos Guilherme do Valle.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Luana farias de. *Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres*. Orientadora: Profª Drª Máira Kubík Taveira Mano. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Tradução: Máira Mendes Galvão. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.